



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 84
Julho – 2007

S U M Á R I O

2 Globalização, integração e Estado Nacional no mundo contemporâneo

Amado Luiz Cervo

7 Dilemas Sul-Americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu

Cristina Soreanu Pecequilo
José Alexandre Althayde Hage

10 A volta do dualismo estrutural: fome e bioetanol

Argemiro Procópio

13 Estados Unidos: conseqüências de uma política externa inepta

Virgílio Arraes

RESENHA

15 Política externa brasileira: o ciclo das personalidades

Rogério de Souza Farias

Estados Unidos: conseqüências de uma política externa inepta

VIRGÍLIO ARRAES*

Mesmo o mais obstinado dos neoconservadores reconhece a ineficiência da política externa norte-americana atual, ainda que seja por insuficiência – no caso, bélica – da aplicação do ideário perfilhado. No entanto, registre-se que, em termos gerais, o eleitorado – não só o estadunidense – dedica pouca atenção às propostas de política exterior de um candidato e, posteriormente, às diretrizes de um presidente, a não ser em tempos de guerra, onde a carestia e a conscrição interferem diretamente no cotidiano da população.

Nos Estados Unidos, o discurso na área de relações internacionais vincula-se à possibilidade de que o americanismo tradicional, ou seja, a livre iniciativa e o livre discurso, estenda-se ao restante do mundo, por causa de sua eficácia em termos materiais, sendo, portanto, de aplicação universal. Deste modo, se o modelo é satisfatório internamente, o país não poderia furtar-se a propagá-lo além-mar, visto que o contentamento de uma população não deveria ficar restrito a um pequeno número de Estados.

Desde a derrocada militar no Vietnã, em meados dos anos 70, políticos e principalmente acadêmicos – muitos dos quais provindos de uma militância mais à esquerda – articulam um projeto, cuja execução estivesse, no longo prazo, acima das disputas bipartidárias, ao representar supostamente o ‘estado da arte’ da política externa do país, em um cenário onde o compasso da estabilidade internacional seria executado diretamente pelos Estados Unidos.

Na visão conservadora, por conseguinte, o êxito norte-americano advém simplesmente de sua potência, cujo exercício corrente nem sempre se reveste de pureza, mas, por outro lado, é suficiente para agregar em torno de si a maior parte da comunidade internacional. Por meio de tal proposição, a su-

perioridade estadunidense, refletida em termos de elevação coletiva do bem-estar, deve ser difundida continuamente, não apenas reconhecida ou mesmo aceita e, conseqüentemente, procurada. Em suma, o ‘bom combate’ seria sempre conduzido a termo, mesmo que implicasse sacrifícios momentâneos.

Assim, a política externa situar-se-ia, definitivamente, acima da inconstância da opinião pública, manifesta principalmente em tempos de crise ou caos. Ao ser dimensionada, em larga escala, por especialistas, distantes das diatribes e disputas partidárias do dia-a-dia, ela influenciaria o eleitorado e, ao mesmo tempo, proteger-se-ia dos impulsos – efêmeros em si por causa de sua natureza – da população, inabilitada para a análise das principais questões da realidade internacional.

Contudo, a realidade demonstra que o grau de ilegitimidade – ou impureza – a ser aceito pela sociedade mundial localiza-se abaixo do almejado pelos Estados Unidos, o que acarreta o enfraquecimento não só moral do país, extenuado por duas guerras concomitantes.

Os formuladores norte-americanos, centrados na autoconfiança demasiada, enxergaram, na dinâmica da política internacional, apenas os Estados Unidos, sem considerar, de forma incisiva, formas outras de articulações, advindas na esteira do próprio processo de liberalização do fim da Guerra Fria, sem vínculo, em sua superfície, com a esfera estatal.

Além do mais, a interdependência incrementa-se desde o início dos anos 90, de sorte que blocos econômicos e organizações internacionais entrelaçam-se, por exemplo, em distintas intensidades, tendo por resultado imediato a quase obliteração do interesse estatal singular norte-americano, a despe-

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

to de seu peso perante os demais países ou demais atores.

Desta maneira, a aplicação do ideário neoconservador amparou-se em excesso na supremacia do Estado diante das demais forças internacionais, incompatível, portanto, com a configuração do século XXI, onde a desregulamentação dos fluxos de toda sorte avoluma-se. De todo modo, o posicionamento neoconservador, ao reiterar o papel dos Estados Unidos como fonte da estabilidade ou ainda fiador do processo de globalização, engendrou duas consequências entrelaçadas e funestas:

1. acentuação de uma postura antiamericana, estimulada pelo próprio comportamento inepto no Oriente Médio do país, cuja propagação deriva em parte da violência empreendida pelas forças armadas e eventualmente divulgada nos grandes meios de comunicação como o presídio militar de Abu Ghraib

– relembre-se, durante a Guerra Fria, a atuação da gestão Reagan na América Central, em especial na Nicarágua e El Salvador. Os conservadores minimizam isso, ao afirmar que a situação atual apenas retirou o curativo adesivo, pois a antipatia ao seu país, a despeito do comportamento adotado, permanece adormecida, mas existe sempre;

2. descrédito do regime democrático, ao ser disseminado por uso da força, não por convencimento, o que provoca o desvirtuamento na avaliação por parte das populações afetadas diretamente pelo comportamento estadunidense em relação aos benefícios possíveis. De certa forma, o fundamentalismo reforça-se ao apresentar-se como o vetor da defesa popular ou contraponto ao invasor e, por conseguinte, impulsiona-se em função da postura norte-americana.

